



HAL
open science

Pesquisas científicas em colaboração com povos indígenas: uma tradição de diálogos e inovações metodológicas no Museu Goeldi

Claudia-Léonor Lopez Garcés, Pascale de Robert, Maria da Conceição Coelho Ferreira

► To cite this version:

Claudia-Léonor Lopez Garcés, Pascale de Robert, Maria da Conceição Coelho Ferreira. Pesquisas científicas em colaboração com povos indígenas: uma tradição de diálogos e inovações metodológicas no Museu Goeldi. Guimarães Vieira, I. C. and Mann de Toledo, P. and Araújo Oliveira Santos, R., Jr. Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar, Garamond, pp.407-431, 2014, Garamond Universitária, 978-85-7617-372-4. hal-01845828

HAL Id: hal-01845828

<https://hal.science/hal-01845828v1>

Submitted on 10 Sep 2024

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons Attribution - NonCommercial 4.0 International License

Pesquisas científicas em colaboração com povos indígenas: uma tradição de diálogos e inovações metodológicas no Museu Goeldi

Claudia Leonor López Garcés

Pascale de Robert

Márlia Regina Coelho-Ferreira

Resumo: Na continuidade de uma tradição de mais de um século, diversas pesquisas foram e continuam sendo realizadas com base no diálogo e colaboração entre pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e povos indígenas na Amazônia. Esse entrecruzamento entre representações científicas e indígenas do conhecimento favorece a elaboração de metodologias originais, na interface entre diversas disciplinas científicas e olhares, em particular sobre os processos socioambientais da Amazônia. O artigo analisa as propostas inovadoras que surgem desses diálogos, privilegiando nossas experiências de pesquisa entre os Ká'apor e os Mebêngôkre-Kayapó, mostrando os alcances heurísticos dessas abordagens na consolidação de posições éticas na pesquisa que favoreçam a formulação de políticas de desenvolvimento baseadas na autogestão dos povos indígenas.

As décadas de 1970 e 1980 marcaram a retomada de pesquisas interdisciplinares sobre as relações entre as sociedades e o meio ambiente em nível mundial, dessa vez desde a perspectiva das ciências etnobiológicas e etnoecológicas. A Amazônia brasileira tem sido um dos principais campos de estudo dessas áreas do conhecimento, voltadas para a análise das relações dos grupos humanos com os ecossistemas em que habitam, considerando as diversas e complexas interações entre as formas de vida, os elementos do meio ambiente e os conhecimentos que os grupos humanos desenvolveram ao longo da sua história.

Uma das principais vertentes nesses estudos interdisciplinares foi desenvolvida pelo antropólogo Darrell Posey visando articular um enfoque analítico que integrasse os conhecimentos indígenas e os conhecimentos de diversas disciplinas científicas como alternativa para potencializar o desenvolvimento sustentável em nível planetário. Baseado nas atividades de pesquisa no marco do Projeto Kayapó, em 1986, Darrell Posey criou o Programa de Etnobiologia (PET) no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), buscando estabelecer diálogos entre as ciências biológicas e as ciências sociais com o objetivo de consolidar “uma ciência universal baseada na igualdade e respeito mútuo entre povos indígenas, suas culturas e ciências”. Ao mesmo tempo, definia a etnobiologia como “uma alternativa para o etnodesenvolvimento dos povos indígenas e sociedades tradicionais”, adotando uma perspectiva interdisciplinar orientada em direção “ao objetivo humanístico de melhorar as perspectivas para o manejo sustentável dos recursos do planeta” (López & De Robert, 2012).

Dando continuidade a essa tradição de pesquisas interdisciplinares em colaboração com os povos indígenas, iniciada por Posey e seus colaboradores,⁷¹ foram implementados diversos projetos de pesquisa na atual área de antropologia da Coordenação de Ciências Humanas do Museu Goeldi para o estudo das relações de povos indígenas com os ambientes bióticos e socioculturais em que habitam. O objetivo deste artigo é analisar as propostas inovadoras que surgem dos diálogos entre pesquisadores, comunidades e representantes ou autoridades dos povos indígenas, particularmente os diálogos com os Ka'apor e os Mebêngôkre-Kayapó. Mostramos os alcances heurísticos dessas abordagens na consolidação de posições éticas na pesquisa, que deveriam favorecer a formulação de políticas de desenvolvimento baseadas na autogestão dos povos.

O Museu Goeldi e os povos indígenas: um pouco de história

Muitos são os povos indígenas com quem os pesquisadores do Museu Goeldi, no transcurso de mais de 100 anos, têm efetuado atividades de pesquisa. Para efeitos analíticos, porém, destacamos dois deles, com os quais

71 O entomólogo William Leslie Overal, o botânico Anthony Anderson, o ornitólogo David Oren, a antropóloga Adélia Engrácia de Oliveira, todos funcionários do Museu Goeldi, assim como pesquisadores de outras instituições que colaboraram e foram acolhidos no MPEG no marco do Projeto Kayapó – entre os quais Anne Gély, Elaine Elisabetsky, Sussana Hecht, Gustaaf Verswijver, Eugene Parker e outros. Todos efetuaram pesquisas sobre diversos temas entre os Mebêngôkre-Kayapó.

esta instituição tem mantido relações de proximidade: os Mebêngôkre, também conhecidos como Kayapó, e os Ka'apor.

O povo Mebêngôkre-Kayapó, falante de uma língua do tronco macrolinguístico Jê, ocupa atualmente um território de treze milhões de hectares, repartido em dez Terras Indígenas oficialmente reconhecidas pelo governo brasileiro, localizadas em ambas as margens do rio Xingu, ao sul do estado do Pará e ao norte do estado do Mato Grosso, em ambientes de floresta amazônica e de cerrado. O território dos Mebêngôkre é contíguo ao Parque Indígena do Xingu e conta com uma população em torno de dez mil habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010.

O povo indígena Ka'apor, falante de uma língua Tupi da família Tupi-guarani, conta com uma população em torno de 1.500 pessoas distribuídas em doze aldeias na Terra Indígena Alto Turiaçú (5.304 km²). Demarcada em 1978 e homologada em 1982, essa TI se localiza no estado do Maranhão, em uma região conhecida como pré-Amazônia, coberta principalmente por florestas, com várias espécies endêmicas e muitas não endêmicas ameaçadas de extinção.

A respeito da história da relação dos pesquisadores do Museu Goeldi com esses povos indígenas, o caso dos Mebêngôkre pode ser considerado paradigmático, uma vez que a instituição científica mantém relações com esse povo indígena desde os alvares do século XX. Em 1902, o Museu Goeldi comprou uma coleção de 685 objetos de um grupo Mebêngôkre denominado Irã ãmrãnh, hoje considerado extinto, mas que na época habitava a região do rio Araguaia e fora chamado ao convívio pacífico na Missão Conceição, dirigida pelo frade dominicano Frei Gil de Villanova (Chaves, 2012). Acompanhando Frei Gil, que intermediou a compra da coleção por Emílio Goeldi – então diretor da instituição que hoje leva seu nome –, um grupo de Irã ãmrãnh visitou oficialmente o Museu Goeldi na ocasião. Nada nos impede de imaginar que, já na época, poderia ter corrido a voz entre os Mebêngôkre de que existiam, na cidade de Belém, alguns *kuben* (brancos) interessados em adquirir e, quem sabe, entender parte da cultura material desse povo guerreiro.

Em 1910, o etnólogo alemão Curt Nimuendajú se vinculou ao Museu Goeldi como colaborador e lá desenvolveu grande parte da sua produção científica sobre diversos povos indígenas da Amazônia. Nimuendajú realizou inúmeras viagens de campo para nutrir as monografias que tiveram grande repercussão e um papel decisivo nos futuros estudos Jê e de outros povos indígenas, como os Tikuna. Teve oportunidade de trabalhar especificamente com os Mebêngôkre na década de 1930, quando recolheu mitos e histórias

importantes nas suas pesquisas de campo nas aldeias Gorotire, Las Casas e em Conceição do Araguaia (Viveiros de Castro, 1986). Fez também coletas de cultura material (Nimuendajú, 1952), logo depositada na Coleção Etnográfica do Museu Goeldi, da qual foi curador e que hoje leva seu nome.

Diversos pesquisadores do Museu Goeldi trabalharam com os Kayapó e com grupos sociais localizados nas proximidades do território Kayapó, como é o caso de Carlos Moreira Neto (1960), que, no final dos anos 1950, fez um estudo sobre a cultura pastoril na região do rio Pau D'arco, desenvolvida por “grupos neobrasileiros” em situação de contato ocasional ou permanente com grupos indígenas.

Edson Soares Diniz (1962) efetuou pesquisas de campo em Gorotire e Kubenkrâken e analisou aspectos da organização social e processos de mudança sociocultural. Nos anos 1962 e 1963, Protásio Frikel, mais conhecido pelos seus trabalhos na região do Tumucumaque, realizou viagens de campo entre os Xikrin, grupo Mebêngôkre instalado no rio Cateté, e publicou seus resultados sobre cultura material, considerando também as atividades de subsistência e as relações com o meio ambiente (Frikel, 1968).

Como resultado do projeto O Índio e a Expansão Nacional, Expedito Arnaud publicou diversos artigos sobre os Mebêngôkre-Kayapó, relatando os pormenores do processo de atração dos Mebêngôkre da aldeia Kararaô por parte do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (Arnaud & Alves, 1974), assim como o processo de expansão de Gorotire, suas cisões e conflitos com as frentes de expansão nacional (Arnaud, 1987). Mesmo assim, os estudos desses pesquisadores entre os Mebêngôkre ficaram relativamente limitados, embora tenham sido importantes para incentivar futuros estudos mais aprofundados.

Nos anos 1980, o Projeto Kayapó, coordenado por Darrell Posey, voltou-se para os estudos etnobiológicos, buscando conciliar objetivos científicos e de engajamento social, alertando sobre as consequências das políticas desenvolvimentistas brasileiras para os ecossistemas e as populações tradicionais da Amazônia. Uma das grandes contribuições de Posey aos estudos da etnoecologia amazônica é ter chamado atenção para o fato de que muitas áreas da Amazônia consideradas “naturais” são, provavelmente, produto da presença histórica dos povos indígenas na região. Segundo o autor, a chamada agricultura nômade é praticada pelo povo Kayapó há séculos e até hoje em áreas de floresta, onde plantas consideradas semidomesticadas são manejadas de maneira a prover alimentos diversificados durante as longas jornadas de caça e viagens entre diversas aldeias conectadas através de uma ampla rede de caminhos. Para o autor, esse sistema de manejo de

recursos naturais parece estar mais amplamente difundido na Amazônia do que os estudos e teorias consideravam anteriormente, conforme Posey (2002) e Balée (1994).

A obra de Posey constitui um legado muito importante para os estudos etnoecológicos da Amazônia brasileira, especificamente por insistir na importância dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas como aportes essenciais para a consolidação de práticas socioculturais que possibilitem um desenvolvimento ecologicamente sustentável. De outro lado, ao enfatizar a estreita relação entre povos indígenas, conhecimentos tradicionais e meio ambiente, contribui para a divulgação de uma perspectiva conceitual diferenciada, que evidencia os laços entre diversidade biológica e diversidade cultural, abrindo caminhos para além da nossa visão ocidental que separa natureza e cultura. A segunda fase da obra de Posey foi dedicada à consolidação de teorias sobre a necessidade de reconhecer e valorizar os povos indígenas e seus conhecimentos tradicionais, as quais tiveram forte repercussão na implementação de políticas em nível mundial sobre o tema, como vemos em López Garcés (2007a) e López e De Robert (2012).

Na mesma década de 1980, o antropólogo William Balée iniciou seus estudos entre o povo indígena Ka'apor através do enfoque da ecologia histórica, que, segundo o autor, “ocupa-se das pesquisas empíricas das relações entre os seres humanos e o meio ambiente em contextos bióticos, culturais, regionais e temporais específicos, considerando suas relações com os Estados nacionais” (Balée, 1998, p. 3). Essa perspectiva analítica enfatiza “a interpenetração entre cultura e meio ambiente, mais do que a adaptação dos seres humanos ao ambiente” (Balée, 1998, p. 14). Nesse sentido, “as relações entre natureza e cultura são dialógicas, não dicotômicas” – pressuposto que estabelece uma ponte de articulação entre as ciências da vida e as ciências sociais.

As pesquisas de Balée (1994) mostram que os Ka'apor, ao longo de sua história de interação com o meio ambiente amazônico, têm desenvolvido conhecimentos e técnicas de manejo do hábitat, criando florestas antrópicas que pouco se diferenciam da floresta primária em termos de diversidade de plantas, ao mesmo tempo em que as ditas florestas abrigam certas espécies que não ocorrem em nenhuma outra parte. Tal fato sugere que os conhecimentos e práticas agroflorestais tradicionais dos Ka'apor tenham contribuído para o aumento da biodiversidade regional, e representam, em termos ecológicos, um aumento em diversidade alfa e beta.

Os estudos mais recentes de Balée (2005) se fundamentam no enfoque conceitual da ecologia histórica aplicada, baseada nas “respostas locais e

regionais aos problemas globais e nas quais os fatores culturais desempenham um importante papel”. Trata-se de uma proposição teórica que contribui para evidenciar como a ciência vem se abrindo aos diálogos com outros saberes e ciências indígenas em busca de soluções para os problemas do planeta.

É com base nessas categorias analíticas, entre outras, que decidimos dar continuidade aos nossos diálogos com os povos indígenas.

Diálogos contemporâneos com os Ka’apor e Mebêngôkre-Kayapó

No cenário de uma Amazônia caracterizada por conflitos socioambientais relacionados ao avanço da indústria agropecuária, à exploração ilegal de madeira, à construção de hidrelétricas e à exploração de minérios, entre outros fatores, faz-se necessária a realização de pesquisas que conjuguem as ciências humanas e as ciências da vida, em estreito diálogo com as diversas ciências indígenas e das populações tradicionais, na procura de alternativas de desenvolvimento sustentável nesta importante região do planeta.

Em 2005, por sugestão de Balée, formulou-se um projeto de pesquisa na área de Antropologia do Museu Goeldi voltado ao conhecimento tradicional do povo indígena Ka’apor sobre o manejo de florestas (Figura 1).



Figura 1: Viveiro de espécies nativas na aldeia Xiepihu-rena, T.I. Alto Turiaçu, Maranhão. **Foto:** Claudia Lopez.

O projeto objetivava incentivar processos de desenvolvimento participativo (Silliole, 2002 apud Balée, 2005) por meio da valorização dos conhecimentos tradicionais e da produção de mudas de espécies nativas, destinadas à recomposição de áreas desmatadas nas proximidades das aldeias Xiepihu-rena e Paracui-rena, localizadas ao sul da Terra Indígena Alto Turiaçu (López Garcés, 2005).

Entre os resultados do projeto, podemos destacar o dimensionamento do nível dos conflitos socioambientais nessa região da Amazônia, bem como a constatação dos conhecimentos sobre uso e manejo tradicional da floresta por parte dos Ka'apor. Tais resultados são importantes para que se possa intervir com argumentos socioculturais mais consistentes nos projetos de desenvolvimento que a comunidade tenha interesse em implementar no futuro.

Fez-se o levantamento do período de frutificação e dispersão de sementes das espécies mais frequentes nas proximidades da aldeia, visando a futuros projetos de comercialização de produtos florestais não madeireiros (sementes e mudas de espécies nativas). A partir de então, as demandas das comunidades Ka'apor se associaram à busca de novas alternativas de geração de renda nas aldeias a fim de romper com a dependência econômica dos madeireiros, que há duas décadas devastam ilegalmente a floresta e geram conflitos na região.

Até o ano 2000, quando mudou um pouco a situação regional, os Mebêngôkre da Terra Indígena Kayapó (TIK), no sul do Pará e próximo ao Arco do Desmatamento, encontravam-se em uma situação incomparável em razão de intensas e sistemáticas incursões para exploração ilegal da madeira no seu território (Zimmerman et al., 2001). Por situações tensas e até violentas no entorno da Terra Indígena, nosso projeto de pesquisa que visava estudar a articulação local entre discurso ecológico e colaboração predatória foi reorientado para o estudo das organizações indígenas e os projetos por elas desenvolvidos (De Robert, 2002; 2010). Na mesma época, preocupada com invasões nos limites territoriais e interessada em novas ferramentas de manejo e vigilância, a comunidade exigiu a realização de trabalhos de cartografia participativa (De Robert et al., 2006), conforme Figura 2 a seguir.



Figura 2: Cartografia participativa na aldeia Moikarakô, T.I. Kayapo, Pará.
Foto: Pascale de Robert.

A parceria entre o Institut de Recherche pour le Développement (IRD) e MPEG⁷² foi reatualizada por meio de um acordo de cooperação científica em 2006, de modo a dar continuidade às pesquisas em andamento e iniciar novos projetos com participação de pesquisadores das duas instituições. No âmbito dessa cooperação científica, iniciaram-se novos projetos com os Mebêngôkre-Kayapó. O primeiro deles, coordenado pela Dra. Pascale de Robert (IRD-MPEG), voltou-se para as pesquisas sobre agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais sobre agricultura na aldeia Moikarakô (Terra Indígena Kayapó), estendendo-se posteriormente à aldeia Las Casas (Terra Indígena Las Casas). Tratava-se de identificar os processos socioculturais

72 As pesquisas em ciências humanas na Amazônia, realizadas em projetos de cooperação internacional por pesquisadores do IRD e do MPEG, foram iniciadas em 1983, com a Dra. Adélia E. de Oliveira Rodrigues, então coordenadora do Departamento de Antropologia, e o Dr. Philippe Léna (IRD). Mais especificamente com os Mebêngôkre-Kayapó, as pesquisas começaram no marco do projeto CNPq-MPEG/IRD intitulado Dinâmicas Identitárias Contemporâneas e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira (1996-2000).

e biológicos que geram e alimentam a agrobiodiversidade dos indígenas Mebêngôkre-Kayapó – processos indissociáveis da produção e transmissão dos valores e dos saberes associados às plantas cultivadas (De Robert, 2005). Os resultados dessa pesquisa de caráter comparativo entre as duas aldeias mostram uma grande diversidade de cultivos nas roças Mebêngôkre e o crescimento de reservas locais de diversidade agrícola na atualidade e dos conhecimentos tradicionais associados. Além da diversidade do plantio, o sucesso da agricultura Mebêngôkre depende ainda das redes de relações sociais das pessoas, famílias e aldeias, responsáveis pela circulação das plantas e da diversidade agrícola das roças (De Robert et al., 2012, p. 362).

Da mesma maneira, como o projeto sobre agrobiodiversidade foi desenvolvido com os Mebêngôkre no momento em que era necessário responder aos moradores da cidade que diziam que “índio já não tem mais roça”, os estudos sobre categorias de plantas específicas, como as medicinais ou as espécies provedoras de sementes para artesanato, foram orientados pelas demandas das comunidades. Esse é um claro exemplo de como se iniciam mudanças no foco de uma pesquisa, motivadas pelos interesses dos povos indígenas como atores que agora participam ativamente na definição dos objetivos dos projetos conduzidos nos seus territórios e segundo a sua visão de mundo e/ou prioridades do momento.

Para dar continuidade às pesquisas iniciadas entre os Ka’apor e Mebêngôkre-Kayapó retomadas a partir da primeira década do século XXI, em 2009 foi implementado o sub-projeto Laboratório de Práticas Sustentáveis em Terras Indígenas Próximas ao Arco do Desmatamento, integrando dessa vez os dois contextos etnográficos – Ka’apor e Mebêngôkre-Kayapó – nos quais atuávamos.

Como sugere o título, o projeto convida a uma reflexão sobre práticas consideradas sustentáveis e de interesse específico das comunidades, reivindicando dessa maneira que os objetos de pesquisa fossem construídos em estreita relação com as demandas locais. Desenvolvido no marco do INCT: Biodiversidade e Uso da Terra na Amazônia, trata-se de dar continuidade aos estudos iniciados anteriormente visando a avanços nos levantamentos sobre o diagnóstico sociocultural e ambiental nas aldeias Moikarakô (TIK) e Las Casas (TI Las Casas) entre os Mebêngôkre-Kayapó, e nas aldeias Xiepihu-rena e Paracui-rena (TI Alto Turiaçú) entre o povo indígena Ka’apor.

Por meio de metodologias participativas, almejamos qualificar o meio ambiente quanto a sua diversidade e analisar as relações sociedades/natureza a fim de discutir como diferentes formas de apropriação dos recursos naturais estariam contribuindo positiva ou negativamente para a conservação

da biodiversidade da região, e como os povos indígenas se posicionam nos cenários de conflitos socioambientais. Por outro lado, o projeto objetiva criar ou reforçar experiências (“laboratórios”) de práticas sustentáveis nas aldeias citadas, considerando o diálogo de saberes como eixo norteador, no intuito de incentivar a recuperação de áreas alteradas e a implantação de alternativas de geração de renda baseadas no aproveitamento de recursos florestais não madeireiros (López Garcés et al., 2009).

A partir desses projetos, vamos fazer uma reflexão sobre as diretrizes teórico-metodológicas que têm sido formuladas e/ou reformuladas através dos diálogos com os povos indígenas Ka'apor e Mebêngôkre-Kayapó.

Construindo objetos de pesquisa e metodologias específicas

O Laboratório de Práticas Sustentáveis em Terras Indígenas Próximas ao Arco do Desmatamento é um projeto de pesquisa interdisciplinar que conjuga perspectivas teórico-metodológicas da antropologia, da etnobotânica e da história. Nesse sentido, os métodos e técnicas de pesquisa são diversificados, mas todos convergem para o conhecimento das relações entre os povos indígenas e os ambientes bióticos e sociais nos quais vivem, e a busca de formas de relação cultural, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Seguindo os delineamentos da ecologia histórica aplicada (Balée, 2005), visamos à gestão participativa e à valorização e respeito dos conhecimentos tradicionais e decisões dos povos indígenas, considerando formas de proteção desses conhecimentos. Parte-se do pressuposto de que estes precisam ser incorporados a fim de alcançar um “desenvolvimento participativo” (Silliotte, 2002 apud Balée, 2005), no qual a interação entre conhecimentos indígenas e não indígenas se voltam à sustentabilidade possibilitada pelo manejo adequado dos recursos.

Essa perspectiva nos induz a redefinir nossa atuação em relação à construção do objeto de pesquisa, considerando os pontos de vista, os projetos políticos e as demandas sociais das comunidades com as quais trabalhamos – fato que condiz com o caráter participativo da pesquisa. Ao mesmo tempo, é preciso manter uma avaliação crítica das metodologias de trabalho, reajustadas em função dos avanços do projeto e das realidades locais (cf. De Robert et al., 2013), e tentar praticar uma antropologia engajada ou comprometida, mais implicada que aplicada, de acordo com Turner (1993), Albert (1995; 1997) e Pimenta (2009).

No contexto do projeto INCT, em dezembro de 2009 foi efetuado o termo de anuência prévia, solicitando a concordância das aldeias Xiepihu-rena e Paracui-rena da Terra Indígena Alto Turiaçú, MA (López Garcés, 2009), para dar continuidade às atividades de pesquisa relacionadas aos conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente e às práticas sustentáveis incentivadas pelo Museu Goeldi desde 2007 entre os Ka'apor. Em reunião na casa da palavra (*pandu ok*), foi acordado um redirecionamento dos objetivos da pesquisa.

A discussão suscitada permitiu verificar e constatar as diversas posições dos membros da aldeia sobre as práticas sustentáveis que vinham sendo incentivadas. Alguns participantes expressaram não querer seguir trabalhando na coleta de sementes florestais nem na produção de mudas de espécies nativas, porque esses produtos não tinham mercado. Enfatizaram, no entanto, o propósito de abrir um mercado para seus próprios produtos “e ganhar nem que seja um real”. Por sua vez, a liderança geral do povo Ka'apor manifestou sua consonância com a produção de mudas, mas não com a venda de sementes, pois acreditava que esta atividade “ia beneficiar outras pessoas que plantam as mudas e ganham mais”. Assim, o que a comunidade esperava era que o projeto de pesquisa incentivasse atividades voltadas à geração de renda.

As mulheres se posicionaram favoráveis à continuidade do trabalho de artesanato iniciado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e posteriormente apoiado pelo Museu Goeldi, que havia ajudado na procura de locais de venda nas cidades de Belém e Paragominas. Pela primeira vez, as mulheres artesãs Ka'apor estão ganhando seu próprio dinheiro com a venda de tipóias, redes, colares, brincos e anéis – uma atividade que, segundo as suas palavras, “está dando certo” na comunidade.

Dessa maneira, foi decidido que a nova proposta de estudo deveria ser orientada ao apoio da produção de artesanato como alternativa de geração de renda. Falou-se da necessidade de plantar curauá [*Ananas comosus* var. *erectifolius* (L.B.Sm.) Coppens & F.Leal – Família Bromeliaceae], planta da qual os Ka'apor extraem uma fibra utilizada em sua cultura material e que a comunidade considera escassa na aldeia. A ideia tomou força entre os participantes, sugerindo que o novo estudo destinasse recursos para o plantio do curauá nos quintais e roças pela própria comunidade e segundo suas práticas. Assim se estaria valorizando o conhecimento tradicional e, ao mesmo tempo, ajudando na conservação *in situ* de uma espécie vegetal culturalmente importante para os Ka'apor. Embora sem possibilidades concretas de mercado para o curauá, ao final da reunião foi acordado um

redirecionamento dos objetivos do projeto, no sentido de fortalecer as iniciativas de venda de artesanato já em andamento nas duas aldeias.

Seguindo esse novo caminho, iniciamos nossas atividades de pesquisa fazendo levantamentos etnográficos acerca produção de cultura material Ka'apor, principalmente a produzida pelas mulheres com fins comerciais, tais como redes e tipoias de algodão e adornos corporais como colares, pulseiras e anéis (Figura 3).



Figura 3: Artesã Ka'apor tecendo tipóia.

Foto: Claudia Lopez.

Foram efetuados levantamentos etnobotânicos que resultaram no trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA) de Marluce Oliveira Araújo (2013), reportando o uso de diversas espécies vegetais na confecção de artesanato, sendo as mais importantes, além do curauá, otucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart.) e inajá

[*Attalea maripa* (Aubl.) Mart.], da família Arecaceae; o *Awa'ir* (*Canna* sp.), da família Cannaceae; e o *manejú* ou algodão (*Gossypium hirsutum* L.), da família Malvaceae. Sobre essas plantas, os Ka'apor detêm grande conhecimento e experiência de uso e manejo. Outras espécies vegetais usadas na arte indígena desse povo são o chamado fruto do mato (*Adenanthera pavonina* L.) e o fruto do mato pequeno (*Ormosia* sp.), ambos da família Fabaceae; santa-maria (*Coix lacryma-jobi* L.), da família Poaceae; e o marajá (*Bactris marajá* Mart.), da família Arecaceae.

A realização dos termos de anuência prévia entre os Mebêngôkre também foi motivo de reorientação das pesquisas inicialmente previstas. Nas duas aldeias – Moikarakô (T.I. Kayapó) e Las Casas (T.I. Las Casas) –, os esforços foram concentrados sobre a cultura material e a etnobotânica em razão das expectativas atuais sobre o artesanato como possível alternativa de geração de renda entre os povos indígenas. Em ambas as aldeias, o levantamento dos recursos florestais não madeireiros destinados à confecção do artesanato e, portanto, com potencialidade comercial, foi o objetivo principal da dissertação de mestrado em Botânica de Sol Elizabeth González Pérez (2011).

Para se ter uma ideia da diversidade vegetal encontrada, somente na aldeia Las Casas foram registradas 26 espécies, distribuídas em oito famílias botânicas, quais sejam: Apocynaceae, Arecaceae, Bixaceae, Cannaceae, Caryocaraceae, Cyperaceae, Fabaceae e Sapindaceae. Suas sementes entram na composição de colares, brincos, pulseiras, tornozeleiras, cintos, entre outros (González Pérez et al., 2013). Em sua pesquisa nas duas aldeias, a autora destaca a importância das fibras de palmeiras – como o tucumã (*Astrocaryum aculeatum* G. Mey) – e cipós, assim como das sementes (32 espécies no total). Entre estas, *Ormosia flava* (Ducke) Rudd e *Ormosia excelsa* Benth. são as mais utilizadas, principalmente na feitura de colares.

Algumas plantas empregadas no artesanato são também alimentícias, a exemplo do *prinkakti* [*Caryocar villosum* (Aubl.) Pers.], do *kamerikák* (*Euterpe precatória* Mart.) e do tucumã (*A. aculeatum*). Foram registradas várias outras espécies vegetais, consideradas medicinais, usadas na construção de casas [*Attalea maripa* (Aubl.) Mart] e na pintura corporal – o *py* (*Bixa orellana* L.) e o *mrôti* (*Genipa americana* L.).

Interessa ressaltar que também foram registrados recursos que não ocorrem dentro das áreas exploradas pelos moradores da aldeia de Moikarakô, por exemplo, mas que são de uso tradicional na cultura material e imaterial Kayapó, sendo obtidos através de intercâmbios entre parentes e amigos de outras aldeias Mebêngôkre. Entre esses recursos, destacam-se

as amêndoas do babaçu [*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng e *Attalea eichleri* (Drude) A.J.Hend.], das quais se extrai o óleo, as fibras do buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.) e do cipó-titica (*Heteropsis* sp.). As duas primeiras são comumente encontradas na aldeia Las Casas. Além do levantamento de dados com os membros da comunidade, por meio de entrevistas e caminhadas, foram efetuadas coletas botânicas para identificar as espécies usadas pelos moradores da aldeia.

Até o momento, temos avançado na publicação de resultados de pesquisa e, por solicitação da aldeia Las Casas, na elaboração de um livro-catálogo para promover o artesanato como forma de geração de renda (Aldeia Las Casas, 2013). Na segunda etapa do projeto, espera-se a realização de oficinas de transmissão de saberes tradicionais sobre a produção de artesanato nas aldeias Ka'apor e em Moikarakó (TIK) e a publicação de outros livros-catálogo que mostrem as especificidades dos conhecimentos e técnicas relacionados à atividade, a fim de dar a informação necessária sobre o processo de produção artesanal e os valores socioculturais indissociáveis.

No marco do mesmo projeto e após as reuniões de anuência prévia que levaram a equipe a dar mais importância às demandas relacionadas ao artesanato (De Robert et al., 2009), dois outros trabalhos acadêmicos foram levados a cabo em Moikarakô. Na sua dissertação de mestrado em Antropologia, Carlos Eduardo Chaves (2012) fez uma releitura da cultura material contemporânea dos Mebêngôkre com base na contextualização etnohistórica a partir da história oral e pesquisa documental, numa análise comparativa em relação às coleções Mebêngôkre que se encontram na Coleção Etnográfica Curt Nimundaju do Museu Goeldi. Já Robinson Silva (2011), em seu trabalho de conclusão do curso de História, destacou a importância das redes de trocas durante os processos de fabricação, circulação e comercialização de artesanato Kayapó, uma prática antiga que permanece em várias formas na atualidade. Na aldeia Las Casas, por solicitação da comunidade, fez-se também um diagnóstico das potencialidades turísticas da Terra Indígena e as possibilidades oferecidas pelo turismo de base comunitária, como alternativa de geração de renda (Silva, 2012).

Seguindo Tim Ingold (1996 apud Escobar, 1999, p. 296), partimos da base de que “o conhecimento local opera através de um conjunto de práticas, ao invés de basear-se em um sistema formal de conhecimentos compartilhados independentes do contexto”. Nesse sentido, os conhecimentos indígenas sobre o meio ambiente podem ser apreendidos pelas práticas de subsistência

(agricultura, coleta, caça, pesca, produção artesanal), sistemas de classificação, usos e representações. Para isso, nossa equipe, que já é de formação básica pluridisciplinar, procura trabalhar com métodos da antropologia e das chamadas etnociências (etnobotânica, etnoecologia, etnocartografia, etnohistória), usando metodologias participativas e sempre privilegiando a “observação participante”, cara aos antropólogos.

Como já tratado na questão da construção do objeto de pesquisa, o reconhecimento dos saberes locais – e também das demandas e decisões das comunidades com quem trabalhamos – exige uma “metodologia pluralista” (Feyerabend, 1989), pois “a ideia de um método estático ou de uma teoria estática de racionalidade funda-se em uma concepção demasiado ingênua do homem e das suas circunstâncias sociais”. Nessas condições, a construção de uma metodologia adequada deve necessariamente ser enxergada como um resultado da pesquisa em si, no sentido de que os protocolos de estudos precisam ser ajustados, completados ou reinventados – em alguns casos até várias vezes – para se adequar aos objetivos específicos decididos de forma participativa.

Um exemplo desse exercício bastante comum para quem trabalha com povos indígenas na Amazônia, além do caso dos Ka'apor já exposto, pode ser lido no relatório de anuência prévia da aldeia Moikarakô (De Robert et al., 2009). Depois de ouvir as intenções de pesquisa de nossa equipe recém-chegada à aldeia, os Kayapó solicitaram uma reformulação dos objetivos da pesquisa, para que se articulasse ao seu “projeto”, visando favorecer a comercialização de artesanato através de uma de suas associações. Em consequência, decidiu-se por modificar as pesquisas inicialmente previstas – e, portanto, os métodos e materiais de estudos científicos – para obter, finalmente, a autorização da comunidade. A flexibilidade é para nós, portanto, uma opção metodológica necessária. Feito esse esclarecimento, podemos continuar a detalhar as metodologias e ferramentas metodológicas utilizadas nas diferentes etapas do desenvolvimento do projeto.

A perspectiva metodológica da pesquisa-ação, conforme Fals Borda e Brandão (1987) e Thiollent (2009), como “linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação” (Thiollent, 2009, p. 9), é importante para facilitar a participação, o diálogo e a interação com os povos indígenas na execução das diversas etapas do estudo, e nos guia na percepção dos problemas sobre os quais os povos indígenas querem orientar a reflexão e a procura de soluções concretas. Assim, são frequentes as reuniões nas

aldeias para discutir e programar as atividades a serem realizadas e gerar processos de tomada de decisão.

As primeiras reuniões constituem espaços e tempos de trabalho muito importantes e estimulantes no processo de criação de conhecimentos. São ocasiões em que se consultam as comunidades sobre a autorização da pesquisa e, na sequência, se elabora o consentimento prévio e informado,⁷³ também conhecido como Termo de Anuência Prévia (TAP). Esse documento é indispensável para que o estudo seja autorizado por órgãos institucionais, como o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).⁷⁴

Mesmo não sendo tempos dedicados à pesquisa em si, conformam momentos decisivos no processo de definição dos rumos, protocolos metodológicos e objetivos concretos da pesquisa. Os relatórios e gravações realizados durante a etapa de consulta prévia e informada constituem de fato documentos de reflexão sobre pesquisa participativa e sobre a percepção do desenvolvimento sustentável pelas comunidades indígenas, conforme López et al. (2009), López (2009), De Robert et al. (2010).

Do nosso ponto de vista, esses são resultados que deveriam se beneficiar de uma maior divulgação entre os pesquisadores e estudantes. O diálogo iniciado durante a consulta prévia e informada continua durante todo o tempo de duração do projeto de pesquisa, e é importante ressaltar que essa prática de negociação sobre as orientações, modalidades e finalidades das pesquisas antropológicas é de fato bastante exercitada junto aos povos indígenas com quem trabalhamos, como vemos em Albert (1997), De Robert e Forline (2001) e De Robert (2001; 2002).

Vale também enfatizar que estamos aproveitando todas as oportunidades de encontro com os indígenas em suas viagens fora das Terras Indígenas, particularmente em Belém, onde ocorrem regularmente cursos e reuniões com instituições indigenistas. Essa articulação espacial entre aldeias e cidades é parte significativa das pesquisas sobre artesanato indígena enquanto se

73 Neste artigo, adotamos o uso do conceito “consulta prévia e informada”, como estipulado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, que define a consulta livre, prévia e informada “como direito dos povos e como princípio de relacionamento político destes com os Estados nacionais”.

74 Em 2011, o Iphan foi credenciado pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) para autorizar pesquisas científicas envolvendo conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos, por fazer também parte do patrimônio cultural brasileiro (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16262&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>, acessado em agosto de 2013).

buscam possibilidades de mercado e experiências positivas de comercialização dos objetos Ka'apor e Kayapó nas cidades, permitindo mapear as redes de relações e de trocas que possibilitam a confecção e venda de artesanato.

Os projetos de pesquisa também possibilitam tais reuniões, oferecendo oportunidade de formação ou de participação em eventos para alguns dos moradores das aldeias, considerando ainda a importância dada à “viagem” entre os Mebêngôkre – bem como outros povos indígenas – nas suas atuações, carreiras e projetos políticos atuais. Dessa maneira, colaboramos na realização de diversas exposições em cooperação (Figura 4), participamos de seminários junto com pesquisadores Mebêngôkre e organizamos em 2009 o Primeiro Encontro sobre os Objetos do Passado na Coleção Etnográfica Curt Nimuendajú do Museu Goeldi, iniciando uma frutífera colaboração em museologia participativa.⁷⁵



Figura 4: Montagem da exposição Mebêngôkre Nhô Pyka (Nossa Terra Mebêngôkre), realizada em 2010 no MPEG.

Foto: Robinson Silva.

75 O projeto de pesquisa Objetos e Olhares, Entre Outros: Etnomuseologia na Reserva Técnica Curt Nimuendajú do Museu Paraense Emilio Goeldi, coordenado por Dr. Glenn Shepard (2010), com financiamento de CNPq, possibilitou a organização de vários encontros do mesmo tipo, complementados com cursos de formação (captura e edição de vídeo) para uma apropriação de ferramentas de documentação entre jovens indígenas de diversas etnias.

Para descrever as relações práticas e simbólicas dos povos indígenas com o meio ambiente, trabalhamos com ferramentas teóricas e metodológicas da antropologia, da botânica, da geografia e da história, com especial interesse nas chamadas etnociências. O prefixo etno- – presente em etnobotânica, etnohistória, etn-cartografia etc. – tem para nossa equipe uma aceitação ampla, que varia de acordo com as fases e os temas da pesquisa e as especialidades de cada participante.

Pode significar que trabalhamos sobre um domínio específico – as plantas, por exemplo –, mas enfocando os elementos relacionados ao povo indígena – como as plantas das formações florestais em que eles habitam ou as que eles utilizam na alimentação. Sob essa perspectiva, fizemos levantamentos de espécies vegetais da Floresta de Terra Firme e seus usos locais.

Mas também o etno- pode se referir ao ponto de vista indígena (perspectiva êmica) sobre um domínio específico do conhecimento, e, nesse caso, o prefixo significa que partimos de categorias indígenas de descrição do mundo – por exemplo, *bátyk* e *bákamrek* entre os Mebêngôkre para representar diferentes tipos de floresta – e acompanhamos os processos de apropriação de ferramentas exógenas, como mapas. Qualquer que seja a posição, privilegiamos o diálogo de saberes como postura metodológica, incentivando o fazer ciência em colaboração, como acontece nas oficinas e visitas dos povos indígenas ao herbário do MPEG e à Coleção Etnográfica Curt Nimuendajú, mas também na apresentação em conjunto de trabalhos em congressos e seminários e no uso da coautoria em publicações (Kayapó e De Robert, 2011).

Durante os trabalhos de campo nas aldeias, a técnica de pesquisa geralmente empregada é a observação participante, que consiste na convivência com os moradores da comunidade, abrangendo a participação dos pesquisadores indígenas e não indígenas nas atividades de subsistência, rituais, festas etc. Esse modo de trabalhar é complementado por entrevistas semiestruturadas sobre assuntos específicos, ou seja, uma lista de questões e tópicos a desenvolver em conversas com o interlocutor.

Dá-se grande importância à tradição oral na compreensão dos processos de mudança nas sociedades indígenas e seu entorno natural tanto na “longa duração” (Braudel, 1996) – isto é, nos processos históricos – quanto na sincronia do tempo etnográfico. As gravações e anotações são completadas com pesquisas bibliográficas e fontes como o acervo documental de arquivos e matérias de jornais.

Os trabalhos de cartografia participativa entre os Kayapó vêm sendo elaborados na continuidade de trabalhos anteriormente realizados por

integrantes da equipe (De Robert et al, 2006). Seja baseado ou não em imagens de satélite, o mapeamento participativo é uma ferramenta metodológica indispensável quando é preciso mapear recursos naturais, práticas e planos de manejo nas Terras Indígenas.⁷⁶ Nesse aspecto, também ajustamos os métodos às demandas locais: os Mebêngôkre solicitaram cursos de formação em cartografia e uso de GPS para desenvolver as pesquisas, enquanto os Ka'apor preferem métodos tradicionais, em que as relações de interlocução não são mediadas por inovações tecnológicas. Dessa maneira, a cartografia pretende valorizar o conhecimento que as comunidades indígenas têm sobre o território que ocupam e sobre o seu ambiente natural.

Para os estudos etnobotânicos, utilizamos o método denominado *field interview* (Alexiades, 1996) ou *turnê guiada* (Albuquerque et al., 2010), que consiste em caminhar nas áreas de vegetação com um interlocutor, coletando e tomando notas sobre as plantas encontradas e seus usos. Durante os levantamentos etnobotânicos, são coletadas amostras botânicas, que posteriormente são identificadas e depositadas no herbário do MPEG. De igual maneira, os objetos de cultura material indígena coletados são depositados na Coleção Etnográfica Curt Nimuendajú, sendo que o essencial dos objetos reunidos durante esses projetos tem sido escolhido conjuntamente com os Mebêngôkre e os Ka'apor, considerando a importância da sua contribuição para o conhecimento e registro das respectivas culturas materiais.

Sobre ciência(s) e diversidade cultural: à maneira de conclusão

Para concluir nossa reflexão sobre as pesquisas em colaboração com os povos indígenas, consideramos instigantes os postulados do filósofo da ciência Paul Feyerabend (2010), que, na sua crítica à pretensa objetividade da racionalidade científica, ressalta a importância da diversidade cultural como fator que beneficia os processos de produção de conhecimentos, dado que a ciência é um “empreendimento vivo” que reflete problemas locais, assim como interesses pessoais e de grupo, sendo assim parte da história. Nessa ordem de ideias, o autor contextualiza os processos de produção

76 Mais ainda com o Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e declara em seu Art. 2º: “São ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas o etnomapeamento e o etnozonoamento. [...] Para fins deste Decreto, considera-se: I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas.”

científica no marco da diversidade cultural – enfoque imprescindível para quem, como é nosso caso, trabalha com povos indígenas, debruçando-nos constantemente sobre esse entrecruzamento entre representações indígenas e não indígenas do conhecimento.

No contexto do projeto Laboratório de Práticas Sustentáveis em Terras Indígenas Próximas ao Arco do Desmatamento, concebemos o processo da pesquisa como um diálogo de saberes, entendido como a confluência de conhecimentos, considerando a visão de mundo, as prioridades e interesses dos povos indígenas e compartilhando com eles outros conhecimentos e novas tecnologias quando essas iniciativas e demandas partiam das próprias comunidades.

Assim, consideramos que os cursos de manuseio de GPS em Moikarakô, a demanda de um diagnóstico sobre turismo na aldeia Las Casas e as oficinas de transmissão de conhecimentos indígenas sobre produção de artesanato, realizadas nesta última aldeia, são produto desse diálogo constante em que o projeto se fundamenta. Todas essas iniciativas, bem que originadas por demandas locais específicas, tornam-se também objetos de pesquisa, no sentido em que exigem de nós uma reflexão contínua sobre o papel do pesquisador, sobre os usos e “desvios” dos projetos de pesquisa pelas comunidades indígenas em função dos seus parceiros não indígenas (instituições públicas, pesquisadores, ONGs), mas também dos seus próprios projetos políticos, econômicos e sociais de curto e longo prazo.

Partimos do pressuposto de que, para que essas ações de pesquisa científica e de implantação de práticas sustentáveis tenham o sucesso requerido, elas devem criar sentidos culturais para os povos indígenas com os quais estamos dialogando, aproximando-nos do enfoque do etnodesenvolvimento, conforme Souza Lima e Barroso Hoffmann (2002) e Inglez de Sousa et al. (2007), como perspectiva que permite avançar na procura de alternativas de desenvolvimento local, que garantam o direito à diferença e possam direcionar o estabelecimento de modelos diferenciados de políticas públicas.

Dentro desse objetivo maior, a qualidade de vida das comunidades indígenas com as quais trabalhamos é sempre uma preocupação central, e, seguindo Feyerabend (2010, p. 25) “essa qualidade deve ser conhecida por experiência pessoal, antes que possam ser feitas quaisquer sugestões de mudança”. Do nosso ponto de vista, essas “sugestões de mudanças” devem vir das próprias comunidades – ou senão, como sugere o autor, de “amigos”, mas não de “pensadores distantes”.

Nesse sentido, o contato próximo com os povos indígenas através da intersubjetividade no trabalho de campo contribui para estabelecer esses

laços de “amizade” e de confiança necessários para a continuidade do diálogo – ou seja, da própria pesquisa. Atendendo a algumas das constantes demandas por atividades que contribuam com a geração de renda – um dos atuais indicadores de qualidade de vida para os povos indígenas com os quais trabalhamos –, estamos mediando as articulações entre as comunidades indígenas e as empresas dedicadas à comercialização de artesanato, buscando que os processos de intercâmbio de conhecimentos e relações de mercado se estabeleçam de maneira respeitosa, justa e equitativa.

Diante desse panorama, não há dúvida de que nos defrontamos com uma modalidade muito mais complexa de fazer pesquisa, em que as observâncias éticas, o engajamento social e a diversidade sociocultural com a qual lidamos constantemente, considerando os diversos entendimentos do que é fazer ciência, contribuem para enriquecer o rigor científico exigido nos processos de criação de conhecimentos.

Referências

- ALBERT, B. “Anthropologie appliqué ou anthropologie « impliquée »? Ethnographie, minorités, et développement”. In: BARÉ, J. F. (Org.). *Les applications de l'anthropologie*. Paris: Ed. Karthala, 1995, p. 87-118.
- ALBERT, B. “'Ethnographic situation' and ethnic movements: notes on post-Malinowskian fieldwork. *Critique of Anthropology*, vol. 17, n. 1, p. 53-65, 1997.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; ALENCAR, N. L. “Métodos e Técnicas para coleta de dados etnobiológicos”. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Orgs.). *Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica*. Recife: NUPPEA, 2010, p. 41-64.
- ALDEIA LAS CASAS (TI LAS CASAS-PA). *Me à yry Tekrejarôti-re - Os Trabalhos Artesanais dos Mebêngôkre - Kayapó da Aldeia Las Casas*. Catálogo. Colaboração entre Associação Indígena Ngônhrôrô-kre, Fundação Nacional do Índio e Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.
- ALEXIADES, M. N. “Collecting Ethnobotanical Data: An introduction to basic concepts and techniques”. In: *Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual. Advances in Economic Botany*, vol.10, p. 53-94.
- ARAÚJO, M. O. *Mulheres artesãs Kaapor: uma prática de sustentabilidade do uso da biodiversidade*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- ARNAUD, E.; ALVES, A. R. “A extinção dos índios Kararaô (Kayapó) Baixo

- Xingu, Pará”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi- Nova Série, Antropologia*, n. 53, 1974.
- ARNAUD E. “Os estudos de Antropologia no Museu Goeldi”. *Supl. Acta Amazônica*, vol. 11, n. 1, p. 137-148, 1981.
- ARNAUD, E. “A expansão dos índios Kayapó-Gorotire e a ocupação nacional (Região do sul do Pará)”. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. XXXII, 1987.
- BALÉE, W. *Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany. The Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.
- BALÉE, W. (Ed.). *Advances in Historical Ecology*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1998.
- BALÉE, W. “Indigenous Corporations and Applied Historical Ecology in Brazilian Amazonia”. In: RIVAL, L. (Org.). *Paper apresentado no Symposium on Ecological Threats and New Promises of Sustainability for the 21st Century*. Oxford: Queen Elizabeth House, 50th Anniversary Conference, 3-5 jul. 2005.
- BRAUDEL, F. *Una lección de Historia de Fernand Braudel*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- CHAVES, C. E. *Nas trilhas Irã-Âmrâhn: sobre História e cultura material de Mebêngôkre*. 2012. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- ESCOBAR, A. *El final del salvaje*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH, 1999.
- FALS BORDA, O.; BRANDÃO, C. R. *Investigación participativa*. Montevideo: Instituto del Hombre, Ediciones de la Banda Oriental, 1987.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1989.
- FEYERABEND, P. *Adeus à razão*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- FRIKEL, P. “Os Xikrin. Equipamentos e técnicas de subsistência”. *Publ. Avulsas MPEG*, Belém, vol. 7, n. 119, p. 11, 1968.
- GONZÁLEZ PÉREZ, S. E. *Produtos Florestais Não-Madeireiros em Terras Indígenas Kayapó no Estado Pará: Diversidade e Uso*. 2011. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em Botânica Tropical). MPEG/UFRA, Belém, 2011.
- GONZÁLEZ, S. E. et al. “Conhecimentos e usos do babaçu (*Attalea speciosa* Mart. e *Attaleia eichleri* (Drude) A.J.Hend) entre os Mebêngôkre- Kayapó

da terra Indígena Las Casas, estado do Pará, Brasil”. *Acta Botânica Brasílica* (Impresso), vol. 26, p. 295-308, 2012.

- GONZÁLEZ, S. E.; DE ROBERT, P.; COELHO-FERREIRA, M. “Seed Use and Socioeconomic Significance in Kayapó Handicrafts: A Case Study from Pará State, Brazil”. *Economic Botany*, vol. 67, n. 1, p. 1-16, 2013.
- INGLEZ DE SOUSA, C. et al. (Orgs.). *Povos indígenas: projetos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.
- KAYAPÓ, B.; ROBERT, P. de. “Mapas do diálogo. Experiências de mapeamento participativo em Moikarakô, Terra Indígena Kayapó, Pará”. In: KAHWAGE, C.; MARINHO, H. (Orgs.). *Situação socioambiental das Terras Indígenas do Pará. Desafios para a elaboração de políticas de gestão territorial e ambiental*. Belém do Pará: SEMA, 2011, p. 127-136.
- LÓPEZ GARCÉS, C. L. *Conhecimento tradicional Ka'apor sobre o manejo de florestas: repovoamento com espécies de uso tradicional em áreas devastadas da Reserva Indígena Alto Turiaçú-MA*. Projeto apresentado ao Edital Populações Tradicionais CNPq, MMA. CEARG, 2005 (mimeo).
- LÓPEZ GARCÉS, C. L. “Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais: tendências e perspectivas”. In: BARROS, B. et al (Orgs.). *Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais*. 1ª ed. Belém: Editora do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007a, vol. único, p. 71-83.
- LÓPEZ GARCÉS, C. L. “Povos indígenas e meio ambiente na Amazônia oriental brasileira: perspectivas antropológicas sobre proteção aos conhecimentos tradicionais”. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). *População e meio ambiente na Pan- Amazônia*. 1ª ed. Belém: NAEA/ UFPA, 2007b, vol. 1, p. 45-54.
- LÓPEZ GARCÉS, C. L. et al. *Laboratório de práticas sustentáveis em Terras Indígenas próximas ao Arco de Desmatamento*. Projeto de pesquisa, 2009 (mimeo).
- LÓPEZ GARCÉS, C. L.; ROBERT, P. de. “El legado de Darrell Posey: de las investigaciones etnobiológicas entre los Kayapó a la protección de los conocimientos indígenas”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Bogotá, vol. 7, p. 565-580, 2012.
- MOREIRA NETO, C. A. “A cultura pastoril do Pau D’Arco”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série, Antropologia*, n. 10, p. 1-119, 1960.
- NIMUENDAJU, C. “Os Gorotire. Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios (1940)”. In: *Textos indigenistas. Curt Nimuendaju*. São Paulo: Edições Loyola, 1982, p. 219-243.
- PIMENTA, J. “Parceiros de troca, parceiros de projetos. O ayompari e suas variações entre Ashaninka do Alto Juruá”. In: SMILJANIC, M. I.;

- BAINES, S. G.; PIMENTA, J. (Orgs.). *Faces daíndianidade*. Curitiba: Nexus Design, 2009.
- POSEY, D. "Indigenous knowledge and development: an ideological bridge to the future (1983)". In: PLENDERLEITH, K. (Ed.). *Kayapó. Ethnoecology and Culture*. Nova Iorque: Routledge Harwood Anthropology, 2002, p. 58-81.
- ROBERT, P. de. "Quand l'ethnologue devient 'informateur privilégié': notes de terrain em pays Kayapó". *Les Ateliers de Caravelle*, Toulouse, vol. 18, p. 75-82, 2001a.
- ROBERT, P. de.; FORLINE, L. (Orgs.). "Dialogues Amazoniens. Etudes indigénistes du Museu Paraense Emilio Goeldi (Brésil)". *Les Ateliers de Caravelle*, Toulouse, vol. 1, n. 18, 111 p., 2001b.
- ROBERT, P. de. "Falar e fazer 'desenvolvimento' numa aldeia Kayapó". *Boletim Rede Amazônica*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 67-71, 2002.
- ROBERT, P. de. *Manejo atual da agrobiodiversidade Mebengokre-Kayapó (Pará): Conhecer e proteger os conhecimentos tradicionais da agricultura indígena*. Projeto de Pesquisa, 2005.
- ROBERT, P. de. "Conflitos, alianças e recomposições territoriais em projetos de desenvolvimento sustentável: experiências da Terra Indígena Kayapó (Sul do Pará)". In: ARAUJO, R.; LÉNA, P. (Eds.). *Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2010, p. 333-354.
- ROBERT, P. de. et al. "A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, vol. 7, n. 2, p. 339-369, 2012.
- SILVA, R. *Artesanato Kayapó: Aspectos históricos e sociais da comercialização de artefatos indígenas. Um estudo de caso em Moikarakô, Pará*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Historia), Fac. Int. Brasil Amazônia, (FIBRA), Belém, 2011.
- SILVA, V. C. *Turismo Indígena. Uma alternativa para o etnodesenvolvimento do povo indígena Mebêngôkre-Kayapó da Terra Indígena Las Casas – PA*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Faculdade de Turismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- SOUZA LIMA, A. C.; BARROSO-HOFFMANM, M. (Orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas. Bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria / LACED, 2002.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- TURNER, T. "Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó". In: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CUNHA, M. C.

(Orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1993, p. 43-66.

VIDAL, L. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os Kayapó-Xikrin do rio Cateté*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “A redescoberta do etnólogo teuto-Brasileiro”. *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, n. 21, 1986.

ZIMMERMAN, B. et al. “Conservation and development alliances with the Kayapo of south-eastern Amazonia, a tropical forest indigenous people”. *Environmental Conservation*, vol. 28, n. 1, p. 10-22, 2001.